

**AO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
ICÓ – ESTADO DO CEARÁ**

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº CE 21.002/2024

SAMPLA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, já qualificada nos autos do procedimento licitatório em epígrafe, ora denominada simplesmente Recorrente, por seu representante legal infra-assinado, vem mui respeitosamente à presença de V.Sa. interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da **CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO** da empresa **JOÃO VICTOR ALVES TAVEIRA ME**, o que faz pelas razões que passa a expor.

• **DA TEMPESTIVIDADE**

Inicialmente, salienta-se que nos termos do Art. 165 da Lei 14.133/21, cabe recurso administrativo no prazo de 3 (três) dias úteis da decisão que ocorreu em **24/09/2024**.

Conforme consignado na Ata da sessão do pregão realizada em **24/09/2024**, a empresa recorrente manifestou intenção de recurso em face da ilegalidade na decisão que habilitou a empresa **JOÃO VICTOR ALVES TAVEIRA ME**, o que deve ser revisto pelos seguintes motivos.

Demonstrada, portanto, a tempestividade do presente recurso.

• DOS OBJETIVOS DA LICITAÇÃO PÚBLICA

A Licitação pública tem como finalidade atender um INTERESSE PÚBLICO, de forma que seus critérios devem ser observados por todos os participantes em estado de IGUALDADE, para que seja possível a obtenção da PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.

Já no teor da Nova Lei de licitações, a redação é clara:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I – assegurar a seleção da proposta apta a gerar o **resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública**, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II – assegurar **tratamento isonômico** entre os licitantes, bem como a justa competição;

Portanto, ao deixar de aplicar os dispositivos editalícios em isonomia entre os competidores há grave afronta a tais princípios, além de ferir o próprio **PRINCÍPIO DA FINALIDADE**.

• DA QUEBRA DA ISONOMIA

Ao habilitar a empresa **JOÃO VICTOR ALVES TAVEIRA ME**, o recorrido, sem qualquer motivação ou razoabilidade, fere o **princípio da isonomia**, pois confere tratamento diferenciado, em prejuízo ao recorrente sem qualquer amparo legal.

Sabidamente, trata-se de preceito basilar e indispensável de todo e qualquer ato público, conforme leciona Adilson Abreu Dallari:

"O princípio da isonomia é uma decorrência imediata do princípio republicano, motivo pelo qual o insuperável Geraldo Ataliba, às páginas 133 e ss. De seu República e Constituição (...), afirmou que ele se irradia sobre todos os dispositivos constitucionais, afetando tanto a elaboração das leis quanto todos os atos administrativos: "...Os poderes que de todos recebem devem traduzir-se em benefícios e encargos iguais para todos os cidadãos. De nada valeria a legalidade, se não fosse marcada pela igualdade. A igualdade é, assim, a primeira base de todos os princípios constitucionais e condiciona a própria função legislativa, que é a mais nobre, alta e ampla de quantas funções o povo, republicanamente, decidiu criar. A isonomia há de se expressar, portanto, em todas as manifestações do Estado..." (in Concurso Público e Constituição. Coordenador Fabrício Motta. Ed. Fórum, 2005. Pg.92)

Portanto, qualquer ato que venha a comprometer a igualdade entre os administrados deve ser declinado pelo Poder Judiciário – como no presente caso.

Afinal, trata-se de ato que **contraria o próprio princípio da finalidade, da eficiência e da razoabilidade**, pois acaba por reduzir a maior amplitude de opções a atingir o objetivo público.

A esse propósito, insta trazer à baila a lição do saudoso professor e magistrado Hely Lopes Meirelles, que assim assevera:

*(...) todo ato administrativo, de qualquer autoridade ou Poder, para ser legítimo e operante, há que ser praticado em conformidade com a norma legal pertinente (princípio da legalidade), com a moral da instituição (princípio da moralidade), **com a destinação pública própria (princípio da finalidade)**, com a divulgação oficial necessária (princípio da publicidade) e com presteza e **rendimento funcional (princípio da eficiência)**. **Faltando, contrariando ou desviando-se desses princípios básicos, a Administração Pública vicia o ato, expondo-o a anulação por ela mesma ou pelo Poder Judiciário, se requerida pelo interessado.** (in Direito Administrativo Brasileiro, 34ª Edição, 2008, Editora Malheiros, São Paulo, pg. 716)*

Dito isso, outro deslinde não pode ter o presente caso a não ser a revisão do ato administrativo impugnado.

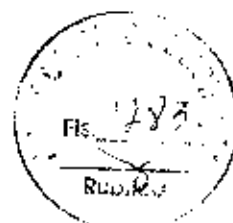
• **DA EXEQUIBILIDADE DOS PREÇOS**

A Nova Lei de Licitações previu dentre seus objetivos o de vedar a contratação de preços inexequíveis, *in verbis*:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:
(...)
III – evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;
(...)

A letra da lei tem por finalidade evitar a contratação de empresas que não tenham condições de honrar o preço proposto.

Dessa forma, a Lei nº 14.133/21 previu a obrigatoriedade de se desclassificar preços inexequíveis:



Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:
(...)

III – apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

No presente caso, por se tratar de **AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES, MATERIAL ELÉTRICO E FERRAGENS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE DE ICO/CE**, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme expressa redação do Art. 59, §4º da Lei 14.133/21.

Assim, considerando o **Valor de Referência R\$ 28.308,37** no **LOTE 03** com o valor proposto de R\$ 17.990,00 e o **Valor de Referência R\$ 276.999,20** no **LOTE 04** com o valor proposto de R\$ 165.989,99 resta evidente a **inexequibilidade, culminando, portanto, com a imediata desclassificação.**

ISTO POSTO, diante da plena comprovação de atendimento ao edital, **REQUER**, o recebimento do presente recurso, em **seu efeito suspensivo**;

Ao final, julgar totalmente **procedente** o presente **recurso**, para fins de rever a decisão de habilitação da empresa **JOÃO VICTOR ALVES TAVEIRA ME**, declarando a nulidade de **todos os atos praticados a partir da declaração de classificação do vencedor.**

Não alterando a decisão, **requer o imediato encaminhamento à Autoridade Superior para que seja reapreciado.**

Nestes termos, pede e espera **deferimento.**

Fortaleza/Ceará, 25 de setembro de 2024

VANILDO SIQUEIRA
PEREIRA:801120303

78

SAMPLA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 40.219.546/0001-52

VANILDO SIQUEIRA PEREIRA

PROPRIETÁRIO

Assinado digitalmente por VANILDO SIQUEIRA PEREIRA
CPF: 80112030378
NO: C=BR, OU=Videoconferencia, OU=3814890400102, OU=AC
Sistema de Assinatura Digital, O=ICP-Brasil, CN=VANILDO SIQUEIRA PEREIRA
PEREIRA:80112030378
Resolvi ou sou o autor deste documento
Localização
Data: 2024.09.26 11:22:38-03:00
Fórmula PDF Reader Valido: 2023.7.0